

Sinopse internacional n. 12, set. 2009

<http://www.bndes.gov.br/bibliotecadigital>

**BNDES***O banco nacional
do desenvolvimento*

www.bndes.gov.br/conhecimento/publicacoes/catalogo/sinopse_intl.asp

Nº 12 – Setembro de 2009

PUBLICAÇÃO SEMESTRAL

*Equipe: Ana Cláudia Alem, Fabrício Catermol, Rodrigo Madeira, Simone Saisse e Renan Brandão
Apoio: Amanda Pinheiro e Vinícius Assis*

1) PANORAMA MUNDIAL

SUMÁRIO

Panorama mundial.....	1
O desempenho da economia mundial e perspectivas para os próximos anos.....	1
Pacotes de estímulo econômico.....	4
Medidas governamentais e oportunidades surgidas na crise.....	9
Box 1.1: Apoio à inovação e ao crescimento de longo prazo.....	11
Box 1.2: O Brasil no período “pós-crise”: rumo à aceleração do crescimento.....	15
Os Investimentos externos diretos no mundo.....	17
Tendências recentes.....	17
Padrões regionais.....	18
Padrões setoriais.....	20
Perspectivas para o IED no período 2009/2011.....	20
Comércio exterior brasileiro.....	21
Box 3.1: Disponibilidade de crédito à exportação deve melhorar.....	24
Matéria especial: As exportações brasileiras de bens de capital após o início da crise mundial.....	28
A pauta por tipos de bens de capital... ..	29
Os destinos das exportações brasileiras de bens de capital.....	32
Conclusão.....	34

O desempenho da economia mundial e perspectivas para os próximos anos

Após um ano do agravamento da crise econômica mundial, marcada pela quebra do Lehman Brothers, a economia mundial começa a dar sinais de recuperação em diversas dimensões. As políticas fiscal e monetária expansionistas e o saneamento das instituições financeiras têm sido fundamentais para que o crédito volte a fluir, ainda que de forma restrita e seletiva. O sucesso das políticas anticíclicas tem contribuído para a progressiva, ainda que cautelosa, retomada da confiança dos agentes econômicos privados. A sustentação dos níveis de demanda agregada pelas políticas fiscais expansionistas logrou impedir uma deflação generalizada nos mercados, como vinha acontecendo especialmente com as *commodities* e os ativos financeiros. Entre as medidas adotadas, destacaram-se as isenções fiscais, o aumento dos investimentos públicos e o reforço dos programas de transferência de renda.

A Sinopse Internacional é de inteira responsabilidade de seus autores e não reflete a posição oficial do BNDES.

Fechamento da edição: 08/10/2009

E-mail: sinopseinternacional@bndes.gov.br

Tel: 55 – 21 – 2172-7369

Para receber a Sinopse Internacional diretamente em seu e-mail, entre em contato conosco.

As *commodities* e o mercado financeiro já ensaiam uma recuperação em direção aos níveis pré-crise. (Gráficos 1.1 e 1.2).

Gráfico 1.1 – Preços das *Commodities*

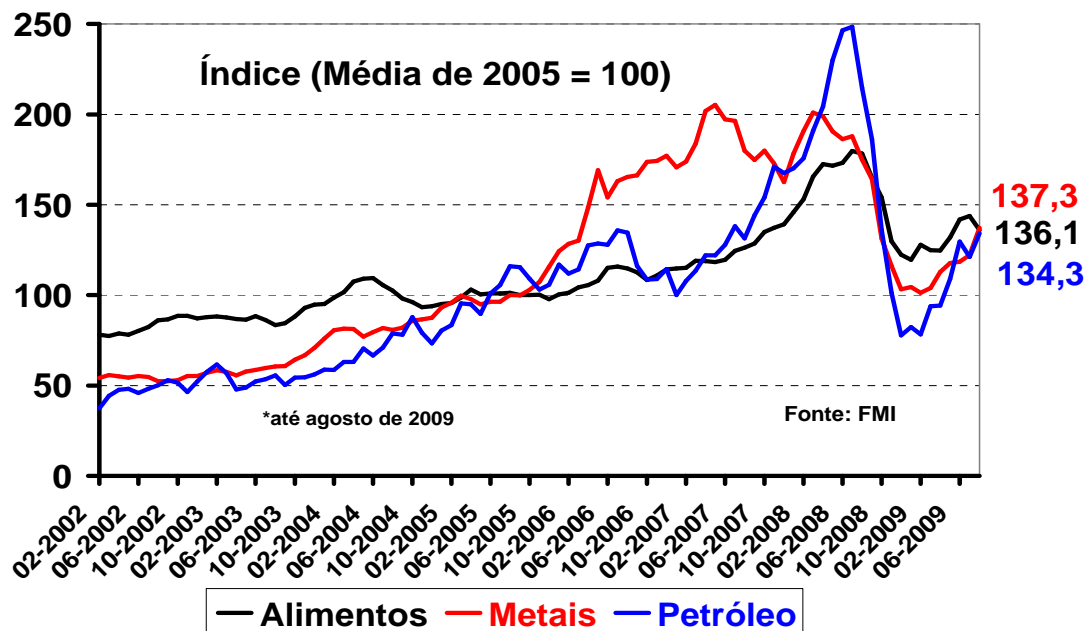
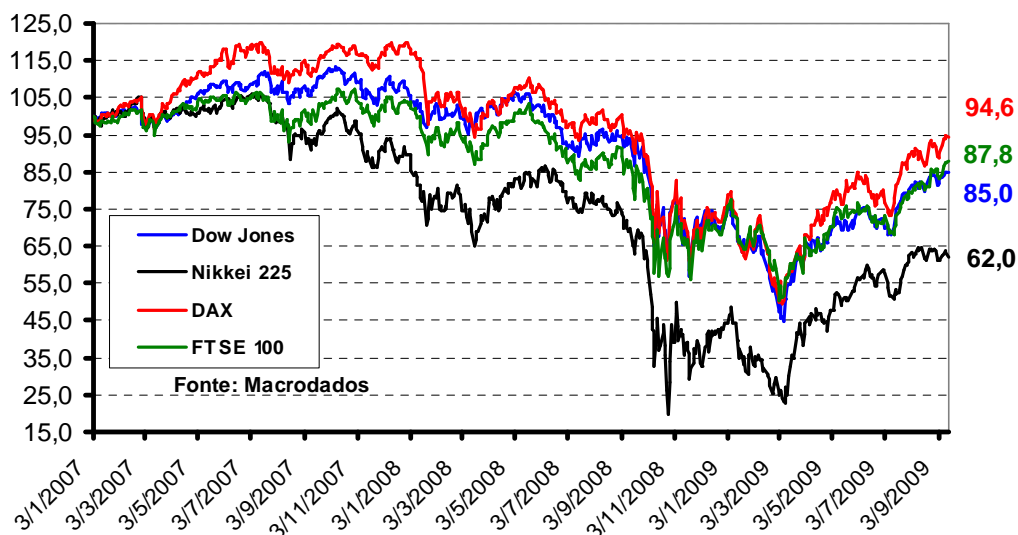


Gráfico 1.2 – Índices das Bolsas



As economias mais dependentes de exportações em geral (de *commodities*, em especial), da produção de bens duráveis ou de serviços como os financeiros e os de turismo foram as mais afetadas pela crise até o segundo trimestre de 2009 (Tabela 1.1).

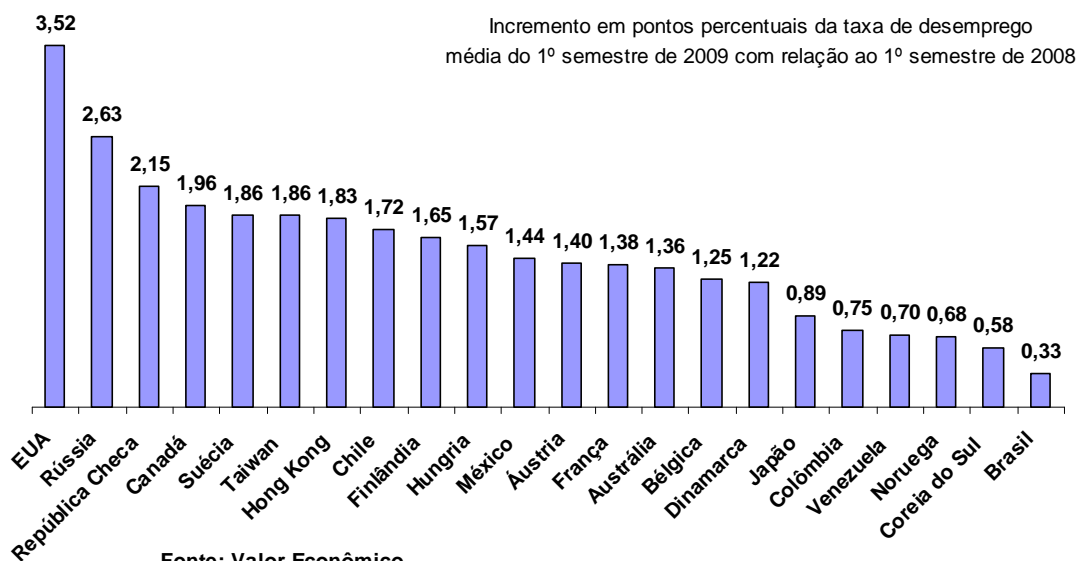
Tabela 1.1: Taxa de crescimento do PIB trimestre a trimestre (%)						
	2008.3	2008.4	2009.1	2009.2	Projeções do FMI	
					2009	2010
EUA	-2,7	-5,4	-6,4	-0,7	-2,7	1,5
Zona do Euro	-0,4	-1,8	-2,5	-0,2	-4,2	0,3
UE	-0,4	-1,9	-2,4	-0,3	-4,2	0,5
Alemanha	-0,3	-2,4	-3,5	0,3	-5,3	0,3
França	-0,3	-1,4	-1,4	0,3	-2,4	0,9
Reino Unido	-0,7	-1,8	-2,5	-0,6	-5,4	1,7
Japão	-1,3	-3,4	-3,3	0,6	-4,4	0,9
Brasil	1,3	-3,4	-1,0	1,9	-0,7	3,5
China*	9,0	6,8	6,1	7,9	8,5	9,0
Índia*	7,7	5,8	5,8	6,1	5,4	6,4
Coréia	-1,3	0,3	-9,4	9,1	-1,0	3,6
Rússia	11,3	-2,7	-23,5	7,4	-7,5	1,5

Fonte: sites de estatísticas dos países e FMI

*para a China e Índia as variações são em relação ao mesmo trimestre do ano anterior.

As projeções mais atualizadas do FMI foram divulgadas no *World Economic Outlook*, de outubro de 2009. Desde o agravamento da crise, o FMI tem feito revisões freqüentes de suas projeções e melhorou suas expectativas de desempenho do PIB para a grande maioria dos países. As melhorias nas revisões demonstram que o ritmo de recuperação da economia mundial vem surpreendendo positivamente os analistas econômicos.

Apesar dos esforços governamentais no sentido de evitar a destruição de postos de trabalho, o emprego está entre as variáveis menos sensíveis aos estímulos econômicos e aos primeiros sinais de recuperação do ritmo das atividades produtivas. Nos EUA, a taxa de desemprego de agosto foi de 9,7%. Taxas de desemprego tão elevadas não eram verificadas na economia americana desde o segundo choque do petróleo. Na zona do euro, a taxa de desemprego foi de 9,6% em agosto, nível mais elevado em mais de dez anos. A economia brasileira, no entanto, não sofreu fortemente com impactos da crise sobre os níveis de emprego. A taxa de desemprego da economia brasileira chegou a registrar 8% em julho deste ano, a menor taxa da série histórica para um mês de julho e ficou praticamente estável, em 8,1%, no mês de agosto. O Gráfico 1.3 mostra o aumento da taxa de desemprego observada a partir de setembro de 2008. Na comparação do primeiro semestre de 2009 com igual período de 2008, observa-se que o maior crescimento da taxa de desemprego coube aos EUA (3,52 pontos percentuais). O Brasil registrou o menor crescimento da taxa, no período.

Gráfico 1.3 – Aumento da taxa de desemprego após set/08

A evolução das políticas anticíclicas

Políticas monetárias

As autoridades políticas dos diversos países tardaram a perceber a real dimensão da crise econômica mundial e, por vezes, assumiram diagnósticos equivocados. Até meados de 2008, algumas autoridades monetárias, como o Banco Central Europeu, acreditaram que o risco mais grave da crise seria uma aceleração inflacionária e, por isso, apertaram suas políticas monetárias.

Desde a constatação dos sintomas iniciais, os EUA exerceram papel de liderança na adoção de medidas de combate à crise, que foram seguidas grosso modo pelos demais países. Inicialmente, a provisão de liquidez aos mercados financeiros se fez necessária, uma vez que as instituições que até então proviam os mercados com crédito de curto prazo deixaram de confiar na qualidade dos ativos que estavam adquirindo. O risco de crédito a que se submetiam passou a ser encarado como risco de liquidez. Os governos responderam a esta crise de liquidez com ajustes graduais nas taxas básicas de juros.

As posturas dos países em desenvolvimento foram divergentes, dependendo da situação inicial de suas contas correntes e do grau de abertura de suas contas de capital. Brasil, Chile, México e Rússia são exemplos de países que apertaram suas políticas monetárias no terceiro trimestre de 2008, devido à intensa pressão a que suas moedas foram submetidas. Já os países asiáticos, em geral, puderam se antecipar na adoção de política monetária expansionista, como foi o caso da China e da Índia, que cortaram suas taxas básicas de juros e os requerimentos de capital dos bancos ainda em setembro 2008. A Coreia preferiu cortar suas taxas de juros mesmo diante de uma forte depreciação de seu câmbio. Países que recorreram à ajuda do FMI, como Hungria, Pa-

quistão e Ucrânia, se sujeitaram às condicionalidades pró-cíclicas dos financiamentos e parecem ter sido mais fortemente afetados pela crise. (Tabela 1.2)

Tabela 1.2: Taxas Básicas de Juros em Economias Seleccionadas (% a.a.)				
	jul/07	jul/08	dez/08	mai/09
Argentina	9,34	8,98	11,12	10,82
Brasil	11,25	13,00	13,75	10,25
Chile	5,25	7,25	8,25	1,25
China	3,33	4,14	2,79	2,79
Coréia	4,75	5,00	3,00	2,00
Estados Unidos	5,25	2,00	0-0,25	0-0,25
Hong Kong	4,37	2,30	0,95	0,31
Hungria	7,75	8,50	10,00	9,50
Islândia	13,30	15,50	18,00	13,00
Índia	6,00	6,00	5,00	3,25
Japão	0,50	0,50	0,10	0,10
México	7,25	8,00	8,25	5,25
Paquistão	10,00	13,00	15,00	14,00
Reino Unido	5,75	5,00	2,00	0,50
Rússia	10,00	11,00	13,00	12,00
Ucrânia	9,00	15,90	14,80	17,20
Zona do Euro	4,00	4,25	2,50	1,00

Fonte: Unctad, *Trade and Development Report*, 2009

Ajuda às instituições financeiras

Em setembro de 2008, ficou claro para o mundo que as políticas monetárias tradicionais que vinham sendo adotadas seriam incapazes de conter o colapso do sistema financeiro, pois as perdas incorridas pelas instituições financeiras se mostraram muito maiores que as estimativas iniciais. As autoridades monetárias foram além do esperado de um banqueiro de última instância, adquirindo ativos “tóxicos” que contaminavam os balanços destas instituições.

Nos EUA, a insolvência de duas instituições financeiras patrocinadas pelo governo, Freddie Mac e Fannie Mae, inaugurou um período de estatização da economia. Desde então, instituições financeiras e empresas estratégicas foram nacionalizadas, como ocorreu com a AIG e General Motors, e garantias foram concedidas para operações de aquisição, como na compra do Bear Stearns pelo JP Morgan Chase.

Após as negociações caso a caso das empresas estratégicas, o governo americano lançou o *Troubled Assets Relief Program* (TARP), pelo qual o tesouro poderia comprar através de um leilão inverso os ativos tóxicos das instituições financeiras num montante de até USD 700 bilhões. Numa segunda fase, os fundos do programa passaram a ser usados para comprar ações preferenciais de empresas em dificuldades financeiras. Em março de 2009, o Plano Geithner estabeleceu que os fundos TARP remanescentes formariam parcerias público-privadas para aquisição de ativos tóxicos. Investidores privados poderi-

am, então, entrar com metade do investimento e caberia ao governo o ingresso da outra metade. Os investidores ainda poderiam contar com financiamento do governo de até 85% do valor que os próprios deveriam injetar em tal iniciativa.

As intervenções realizadas pelo FED levaram seu balanço a uma situação total de USD 890 bilhões em setembro de 2008 para USD 2,055 trilhões em junho de 2009. Quanto à composição, 93% de seu ativo em junho de 2007 estavam sob a forma de títulos do tesouro, proporção que mudou para 21% em dezembro de 2008 e 31% em junho de 2009, dado o aumento da participação dos ativos de risco no balanço do FED.

O governo do Reino Unido agiu de forma muito similar, resgatando o sistema bancário britânico. Em seu programa, o governo se dispôs a injetar 50 bilhões de libras nas instituições bancárias em troca de ações preferenciais. O governo também se viu obrigado a nacionalizar duas instituições financeiras de grande porte. O Banco da Inglaterra disponibilizou 250 bilhões de libras de créditos de curto prazo para os bancos privados e 250 bilhões de libras em garantias de governo para empréstimos interbancários.

Em julho de 2009, o governo alemão desenvolveu um esquema de transferência de ativos tóxicos dos bancos a novos bancos, que passaram a ser chamados de “bancos ruins”. As instituições financeiras poderiam transferir seus ativos tóxicos para *Special Purpose Vehicles* (SPV) por 90% do valor contábil. Em troca, essas instituições adquiriam títulos das SPV garantidos por um fundo criado em outubro de 2009, o Fundo de Estabilização do Sistema Financeiro. Se a SPV obtiver lucro quando da sua liquidação, os títulos em posse das instituições financeiras serão remunerados, mas, se houver prejuízo na liquidação da SPV, as instituições financeiras ficam proibidas de pagar qualquer dividendo a seus acionistas até que reembolsem o fundo de estabilização pelas perdas incorridas.

As expressivas operações de resgate e provisões de liquidez executadas pelos bancos centrais foram capazes de evitar uma quebra generalizada do sistema financeiro. No entanto, essas medidas não foram suficientes para reerguer a economia mundial. Mesmo com taxas de juros rebaixadas e bancos saneados, o crédito não deve se re-estabelecer enquanto os níveis de desemprego e de renda continuarem restringindo a demanda agregada. Nesse ínterim, a política fiscal contida nos pacotes de estímulo econômico é a mais efetiva, por afetar diretamente a demanda.

Políticas Fiscais

Quando a crise financeira se fez sentir na economia real, percebeu-se que os estabilizadores automáticos não seriam suficientes para conter seu avanço e seus danos. Os governos se viram diante da necessidade de atuar no sentido de estimular a demanda agregada através de aumento dos gastos públicos e isenções fiscais. Em novembro de 2008 durante a reunião do G-20, a diretoria do FMI afirmou que 2% do PIB mundial deveria ser gasto a título de estímulos fiscais para que a ordem econômica mundial se restabelecesse. Essa recomendação foi revisada e ampliada posteriormente.

Os EUA introduziram estímulos fiscais em sua economia ainda no início de 2008, mas somente quando constatada a recessão, notadamente no terceiro trimestre de 2008, que se adotou uma postura mais agressiva de combate à crise. Em fevereiro de 2009, foi anunciado o pacote de estímulo fiscal americano com a previsão de USD 787 bilhões a serem gastos ao longo do biênio 2009-10. O pacote contempla transferências a trabalhadores de baixa renda e desempregados, aumento dos gastos em educação e saúde e investimentos em infraestrutura, inclusive em energia renovável.

A União Européia decidiu lançar um plano de recuperação que envolvia um esforço coordenado entre os países membros. A proposta aprovada previa estímulos fiscais que montassem 1,5% do PIB de cada país, excluindo os gastos já incorridos com estabilizadores automáticos e resgate de instituições financeiras. Alemanha e Espanha foram exceções, comprometendo mais de 3% do PIB. As autoridades européias justificaram a menor dimensão dos pacotes europeus pela existência de mais estabilizadores automáticos em suas economias.

Segundo a OCDE, os países conhecidos como BRICs estão entre os que realizaram maiores esforços fiscais. A China lançou um dos maiores pacotes de estímulo, tanto em termos absolutos quanto relativos. O conjunto de suas políticas fiscais anunciadas no contexto da crise perfaz 19% do seu PIB, ainda que não se possa precisar quantas dessas medidas não foram planejadas previamente. Considerando apenas medidas novas, as estimativas do FMI mais baixas ainda são superiores a 6% do PIB chinês. A Rússia, que teve sua economia fortemente abalada especialmente pela queda do preço do petróleo, também realizou um esforço fiscal notável: seu pacote fiscal atinge 8% do seu PIB. O Brasil pretende gastar cerca de R\$300 bilhões em investimentos em infraestrutura, reforço dos programas de transferência de renda, reajuste dos benefícios previdenciários e dos salários dos servidores, isenções fiscais e incentivos ao setor de construção civil, especialmente para casas populares. A Tabela 1.3 apresenta o montante das medidas de apoio fiscal e suporte ao sistema financeiro de diversos países.

A utilização da política fiscal expansionista no combate à crise generalizou-se entre os países. O Gráfico 1.4 mostra a evolução da dívida pública para países selecionados desde 2003. O expressivo aumento da dívida projetado para os anos de 2009 e 2010 reflete o engajamento dos governos na adoção de políticas fiscais anticíclicas.

O questionamento sobre a sustentabilidade dos déficits públicos emerge no contexto do debate sobre os pacotes fiscais de estímulo econômico. Argumenta-se que, cedo ou tarde, o peso das medidas fiscais se fará sentir sobre as gerações futuras e que as taxas de juros se elevarão para pagar o serviço das dívidas mais elevadas. Entretanto, cabe lembrar que se os governos se eximissem do papel de combater a crise pela elevação dos déficits, os efeitos sobre as contas públicas seriam ainda piores, pois a atividade econômica tardaria a se recuperar e a base de arrecadação dos governos se estreitaria. O centro do debate se desloca, então, para a efetividade das políticas fiscais no que tange à capacidade destas políticas de elevarem os investimentos, o con-

sumo e o emprego, ou seja, de se valerem das necessidades de curto prazo de estímulo à demanda para garantirem crescimento sustentado no longo prazo.

Tabela 1.3: Estímulo Fiscal e Suporte ao Sistema Financeiro em Economias Seleccionadas (% do PIB)			
	Estímulo Fiscal^a	Suporte ao Setor Financeiro^b	Anos para gastar o estímulo fiscal
Economias Desenvolvidas^c	3,7	48,5	-
Canadá	4,1	24,8	3
França	1,5	19,1	2
Alemanha	3,6	22,2	2
Hungria	-7,7	9,1	2
Islândia	-7,3	263,0	2
Irlanda	-8,3	266,4	3
Itália	0,3	3,3	2
Japão	4,7	22,3	3
Holanda	2,5	46,5	2
Espanha	3,9	22,9	3
Reino Unido	1,9	81,7	3
Estados Unidos	5,5	81,1	3
Economias em Desenvolvimento^c	4,7	2,9	-
Argentina	6,4	0,9	1
Brasil	5,6	1,5	1
Chile	2,8	0,0	1
China	6,2	0,5	2
Índia	1,8	6,4	3
México	1,6	0,0	1
República da Coreia	6,2	20,5	3
Economias em Transição^c	5,8	7,4	-
Rússia	5,4	8,0	2
Total^c	4,0	36,1	-

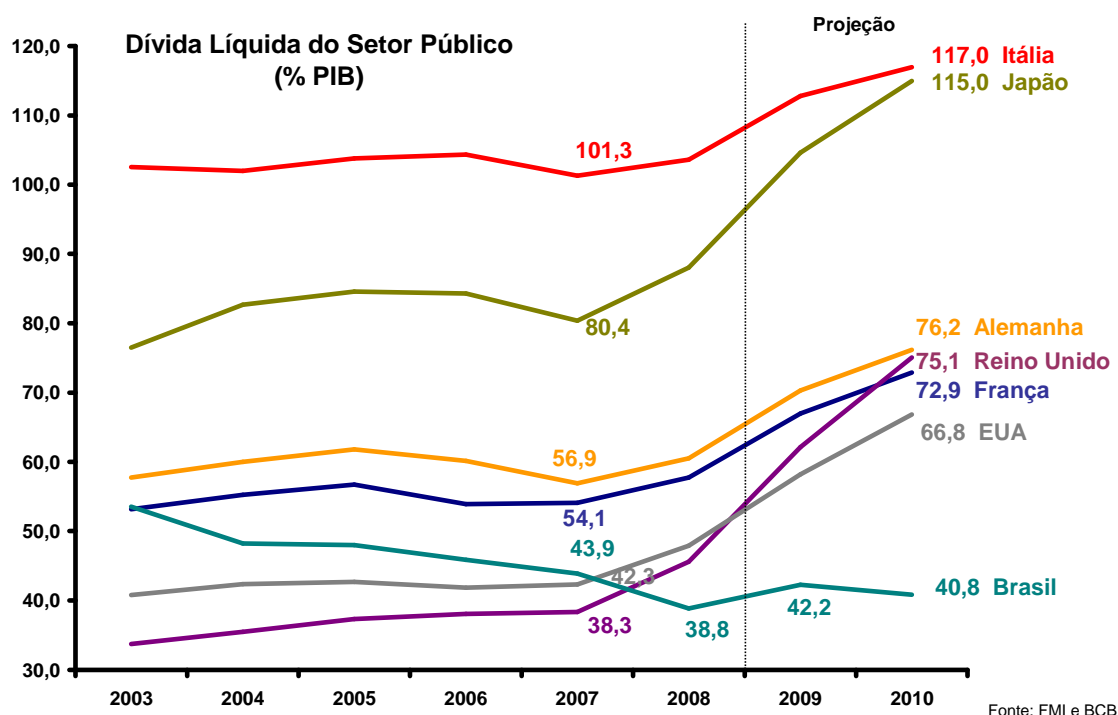
Fonte: UNCTAD, Trade and Development Report, 2009

a. corresponde a medidas discricionárias sobre as despesas ou receitas públicas em resposta à crise, excluindo os "estabilizadores automáticos".

b. dispõe de injeção de capital, compra de propriedades, empréstimos pelo tesouro, apoio do banco central com apoio do Tesouro, provisão de liquidez pelos bancos centrais e garantias.

c. os pesos usados de cada grupo de países são baseados em dólares correntes.

Gráfico 1.4 – Evolução da Dívida Líquida do Setor Público de Economias Selecionadas



Medidas governamentais e oportunidades surgidas na crise

Em documento publicado em junho do corrente ano (*Policy Responses to Economic Crisis: Investing in Innovation for Long-Term Growth*), a OCDE ressalta a necessidade de se contemplar a inovação e o crescimento de longo prazo dentro das medidas governamentais de curto prazo para enfrentamento da crise. O papel dos planos de estímulo econômico, para além do restabelecimento dos níveis de demanda agregada e da confiança do mercado, deve ser também o de primar pela ampliação da capacidade produtiva, dentro dos padrões que emergem neste contexto.

A instituição afirma que, apesar das atividades de inovação serem, em geral, extremamente pró-cíclicas, as mudanças estruturais trazidas pelas crises abrem janelas de oportunidades e exacerbam as vantagens competitivas de firmas intensivas em P&D. A destruição criativa, que ganha força em momentos de crise, reforça a liderança de mercado de firmas que inovam, estabelecendo novos paradigmas produtivos. Nesses momentos, firmas menos eficientes são superadas pelas mais dinâmicas, que emergem e se expandem.

No entanto, a crise também traz uma dificuldade adicional às firmas que buscam expandir suas posições de mercado por meio de processos inovadores de produção: as restrições de crédito são mais severas para as firmas de pequeno e médio porte e para aquelas que dispõem de menos garantias reais,

situação da maioria das candidatas potenciais à expansão das atividades econômicas.

Outro aspecto que ganha notoriedade com a crise é a oportunidade de se implementar políticas ambientais no contexto da reestruturação produtiva. A crise traz incentivos à permanência de práticas poluentes e pouco eficientes na utilização de recursos: o preço do petróleo mais baixo, as restrições de financiamento de técnicas poupadoras de recursos e o efeito riqueza negativo sobre consumidores, que os torna menos propensos a pagar o prêmio embutido em produtos ambientalmente corretos, são desincentivos à adoção de práticas mais “verdes”. Porém, a redução da utilização ou o fechamento de plantas industriais e a conseqüente depreciação de seus equipamentos abrem espaço para a substituição destes equipamentos por outros que sejam poupadores de energia e dos demais recursos.

Os governos devem atentar para que suas estruturas de incentivos promovam o surgimento de firmas adequadas aos novos paradigmas e podem aproveitar o contexto de mudanças para cortar subsídios à produção e ao consumo de combustíveis fósseis, além de eliminar barreiras tarifárias ao comércio de produtos ambientalmente inofensivos. Os investimentos públicos em infraestrutura contemplados dentro dos pacotes fiscais, como os que promovem meios de transporte, são convenientes a mudanças em direção a uma economia de baixo consumo de carbono e baixos custos produtivos.

Segundo o documento da OCDE, as medidas dos pacotes de estímulo econômico podem ser divididas em cinco grupos:

- i. medidas que visem salvar bancos e instituições financeiras;
- ii. medidas de suporte aos negócios, como isenção fiscal, garantias de crédito, estímulos à contratação e retenção de trabalhadores,... ;
- iii. medidas focadas em determinado setor industrial, em geral, no automotivo e na construção civil;
- iv. medidas de suporte ao consumo domiciliar e redução da exposição à crise, como isenções fiscais, reforço dos programas de transferência de renda, manutenção de salários e benefícios previdenciários,... ;
- v. medidas relacionadas à inovação e ao crescimento de longo prazo.

Exemplos de medidas contempladas nos pacotes econômicos que se enquadram no último tópico podem ser encontrados no Box 1.1 e Tabelas 1.4 e 1.5.

Box 1.1 - Apoio à inovação e ao crescimento de longo prazo**i) Melhorias em infraestrutura (rodovias, transporte de massa, tecnologias de informação e comunicação,...)**

Japão	JPY 4 bilhões para reforço de estruturas anti-terremoto das instalações públicas. JPY 3 trilhões em sistema de transportes inteligentes, melhoria na infraestrutura de TI do setor médico e do governo e treinamento de pessoal de TI.
Coréia	Fontes alternativas de água e construção de pequenas represas e de uma rede de transporte ambientalmente responsáveis.
EUA	USD 100 bilhões em infraestrutura, dos quais USD 17 bilhões em transporte público e trens de alta velocidade, USD 40 bilhões para rodovias, pontes, represas e água e USD 7 bilhões para expansão do acesso à banda larga.
União Européia	Modernização de infraestrutura. Conexão trans-européia da rede de energia. EUR 1 bilhão para Internet de alta velocidade em todas as regiões do bloco econômico.
Alemanha	EUR 18 bilhões nas infraestruturas educacionais, hospitalares, de transportes e de TI. EUR 150 milhões para banda larga: meta de alcançar $\frac{3}{4}$ dos domicílios até 2014.
França	Banda larga no interior dos TGV e nas cidades de pequeno porte: meta de cobertura integral até 2012. Desenvolvimento de redes para educação e pesquisa.

ii) Suporte às atividades de P&D e inovação

União Européia	Redução de até 75% os custos de registro e manutenção de patentes.
Alemanha	EUR 900 milhões para P&D em empresas de pequeno e médio porte. EUR 500 milhões para fomentar o desenvolvimento de carros híbridos ou com outras tecnologias limpas.
França	EUR 70 milhões para pesquisas em nanotecnologia.
Coréia	17 grandes projetos de pesquisa nas indústrias de tecnologias “verdes”, robótica, biomedicina, sistemas de TI e em serviços de alto valor agregado. Pesquisas em tecnologias “verdes” montam aproximadamente USD 4,7 bilhões nos quatro próximos anos.
EUA	Aumento do emprego de cientistas e desenvolvimento de diversos pacotes de fomento a pesquisas: USD 10 bilhões para biomedicina e saúde, USD 1 bilhão em mudanças climáticas, USD 1,6 bilhões para fontes de energia,...

iii) Investimentos em capital humano, educação e treinamento	
Alemanha	Cerne do pacote alemão. EUR 8,7 bilhões de nas instalações de creches, escolas e universidades. EUR 2 bilhões em treinamento, especialmente de grupos vulneráveis e trabalhadores em tempo parcial. Estimular firmas a reterem seus funcionários e os manterem em processo de atualização durante o período de demanda deprimida.
Reino Unido	Questão do emprego como ponto central. Pacote para o setor automotivo contemplou suporte para treinamento. Seu “New Opportunities White Paper” propõe ampliar investimentos em creches e escolas públicas, conceder bônus a professores e recompensas financeiras a empresas que recrutem trabalhadores desempregados e os mantenham por período superior a seis meses.
Coréia	Apoio a estudantes estrangeiros, ao uso de livros-texto digitais e de recursos tecnológicos para o ensino. Criou cursos de coreano em outros países e instalou “escolas verdes”, com equipamentos eficientes no consumo de energia e com áreas arborizadas.
Rússia	Apoio aos estudantes: bolsas de estudo, empréstimos estudantis de baixo custo financeiro, congelamento de mensalidades e acomodação estudantil gratuita. Alguns alunos serão adotados por programas de estudos financiados pelo governo ainda neste ano.
EUA	Novas fontes de recursos para as escolas, evitando demissões; programa de modernização e reparo das escolas e outro de tecnologia da educação, para melhorar a qualidade da educação e a disponibilidade de recursos tecnológicos com fins educacionais, além de ampliar o acesso de estudantes ao ensino tecnológico.
iv) Promoção de “tecnologias verdes” e de inovações que levem a paradigmas	
Coréia	Ponto central são as políticas ambientalmente responsáveis. Seu pacote recebeu a alcunha de Green New Deal. Desenvolvimento de tecnologias de conservação, reaproveitamento e geração de energia limpa, construção de redes de transportes de baixa emissão de carbono e utilização de fontes estáveis de água limpa. Pesquisas para o desenvolvimento de carros menos poluentes, de edifícios eficientes no uso de energia e de fontes de energia renovável.
EUA	Redução da dependência de petróleo, dobrar a produção de energia renovável, fomentar as pesquisas em tecnologias verdes (especialmente, em baterias automotivas) e otimizar os sistemas de produção, transmissão e distribuição de energia. Gasto de USD 30 bilhões.
Reino Unido	Estabelecimento de fundo de 250 milhões de libras para apoiar investimentos de baixa emissão de carbono e 50 milhões de libras para inovações e pesquisas de tecnologias verdes.

A maioria dos países da OCDE implementou medidas não financeiras que estabelecem requerimentos mínimos de eficiência energética. Também foi comum a diversos países o intenso suporte à indústria automobilística, mas a ajuda, em geral, foi condicionada à produção e venda de automóveis menos poluentes. Os programas do tipo *cash for clunkers* (dinheiro por sucata), além de assegurarem a demanda pela produção de veículos, visam dinamizar a substituição da atual frota de veículos poluentes por outra que economize recursos naturais e emita menos carbono. (Tabela 1.4)

Tabela 1.4: Incentivos para carros eficientes no uso de combustível			
País	Tamanho do Pacote	Promove tecnologias limpas	Incentivos para compra de carro novo
Australia	AUD 6,2 bilhões	•	
Canadá	CAD 4 bilhões		
França	EUR 6 bilhões	•	•
Alemanha	EUR 1,5 bilhão	•	•
Itália	EUR 1,7 bilhão	•	•
Coréia	KRW 2 trilhões	•	
Luxemburgo	EUR 4,5 milhões	•	•
México	USD 1 bilhão	•	
Noruega	NOK 100 milhões	•	
Portugal	EUR 200 milhões		
Espanha	EUR 4 bilhões	•	•
Suécia	SEK 20 bilhões	•	
Turquia	TRY 210 milhões		•
Reino Unido	GBP 2,3 bilhões	•	•
Estados Unidos	USD 17,4 bilhões		

Reproduzido de *Policy Responses to Economic Crisis: Investing in Innovation for Long-Term Growth*, OCDE, 2009

O estudo da OCDE traz ainda exemplos de medidas de suporte à inovação e empreendedorismo, que também se relacionam com o crescimento de longo prazo. As restrições de crédito que acometem de forma mais séria as pequenas e médias empresas foram contrabalançadas por medidas adotadas em muitos países, como o estabelecimento de fundos garantidores de créditos a estas firmas, o aporte no sistema bancário de *funding* público direcionado a pequenas e médias empresas e garantias de crédito à exportação.

Outras medidas comuns com intuito de amenizar os problemas de fluxo de caixa de empresas deste porte foram reduções do imposto sobre valor adicionado, sua restituição ou adiamento de seu pagamento. Reino Unido, Estados Unidos e França também adotaram desoneração da folha salarial nas pequenas empresas no intuito de estimular a criação de postos de trabalho nelas.

Tabela 1.5: Gastos financeiros de políticas de longo prazo em pacotes de estímulos de países selecionados da OCDE, Maio de 2009

	Infraestrutura	Ciência, P&D e Inovação	Educação	Tecnologias Verdes
Austrália	AUD 9,7 bi	AUD 2,9 bi	AUD 15,7-17 bi	AUD 5,7 bi
% do PIB	0,82%	0,25%	1,4%	0,48%
Canadá	CAD 20,3 bi	CAD 800 mi	CAD 1,9 bi	CAD 2,8 bi
% do PIB	1,27%	0,05%	0,12%	0,18%
Chile	USD 700 mi	USD 8,8 mi	USD 147 mi	USD 0
% do PIB	0,50%	0,01%	0,10%	0%
Finlândia	EUR 910 mi	EUR 25 mi	EUR 30 mi	EUR 38 mi
% do PIB	0,48%	0,01%	0,02%	0,02%
França	EUR 4,7 bi	EUR 46 mi	EUR 731 mi	EUR 30 mi
% do PIB	0,24%	0,00%	0,04%	0,00%
Alemanha	EUR 11,5 bi	EUR 1,4 bi	EUR 14,5 bi	EUR 5,7 bi
% do PIB	0,5%	0,1%	0,6%	0,2%
Coréia	KRW 50 tri (USD 36 bi) de investimentos ambientais (5,14% do PIB) - distribuídos por essas categorias, embora a composição dessa distribuição ainda não tenha sido divulgada.			
% do PIB				
Noruega	NOK 3,8 bi	NOK 170 mi	NOK 270 mi	NOK 1,6 bi
% do PIB	0,16%	0,01%	0,01%	0,06%
Suécia	SEK 8,6 bi	SEK 9 bi	SEK 500 mi	SEK 2 bi
% do PIB	0,27%	0,29%	0,016%	0,06%
Polônia	PLN 91,3 bi	PLN 16,8 bi	-	PLN 2,5 bi
% do PIB	0,072%	0,013%	-	0,002%
Portugal	EUR 50 mi	EUR 224 mi	EUR 682 mi	EUR 260 mi
% do PIB	0,03%	0,13%	0,41%	0,16%
Estados Unidos	USD 100 bi	USD 16 bi	USD 83 bi	USD 59 bi
% do PIB	0,70%	0,11%	0,58%	0,41%

Nota: Baseado no PIB de 2008. Os valores são apenas indicativos, pois aplicar definições claras e idênticas para essas categorias, afim de torná-las comparáveis entre os países é muito difícil. Por exemplo, pode ocorrer algumas contagens duplas nos gastos

Reproduzido de *Policy Responses to Economic Crisis: Investing in Innovation for Long-Term Growth*, OCDE, 2009

Quanto a medidas não financeiras, muitos países tentaram simplificar e acelerar seus processos administrativos, especialmente no que toca a abertura de firmas e a aquisição de licenças para obras e início de atividades. Reduções dos custos administrativos e maior eficiência das burocracias públicas também vêm sendo objetivadas, através da adaptação de legislações e regulamentos, da modernização dos sistemas eletrônicos do governo e da redução de custos fiscais.

Antes mesmo de findos os problemas concretos trazidos pela crise, como o desemprego, o aumento da pobreza e das desigualdades sociais, a falência de empresas e a depreciação de patrimônios, vozes das mais diversas origens alarmam para os possíveis efeitos colaterais futuros dos planos de estímulo econômico, como o risco de aceleração inflacionária pela monetização excessiva da economia ou pelo aumento dos déficits públicos.

Dentro do horizonte que se pode alcançar, parece pouco razoável que a economia mundial possa padecer de inflação. A maior oferta de moeda num

contexto de produção retraída traria pressões sobre preços se o crescimento da demanda excedesse o crescimento do produto potencial (inflação de demanda) ou se o aumento de salários excedesse o incremento de produtividade do trabalho (inflação de custos). Com excesso de capacidade ociosa e taxas de desemprego recordes, é mais sensato afirmar que as economias sofrem risco de deflação, como se tem constatado. Portanto, os planos de estímulo econômico, ao contrário do que prenunciam os alarmistas, não estão na contramão do crescimento sustentável.

**Box 1.2 - O Brasil no período “pós-crise”:
rumo à aceleração do crescimento.**

Como já adiantado pela Sinopse Internacional n. 11 (março de 2009), o Brasil apresentava uma série de trunfos que o tornavam mais apto, relativamente a outros países, a combater os efeitos negativos da crise financeira internacional sobre o desempenho econômico. Em comparação a outros momentos de turbulências globais, o Brasil pôde contar com: i) o potencial de seu mercado interno; ii) a existência de planos firmes de investimento, principalmente na infraestrutura, marcados por alto retorno e baixo risco; iii) um sistema bancário fortalecido, solvente e sujeito a um sistema de regulação transparente e eficiente; iv) bancos públicos capazes de adotar uma postura anticíclica, expandindo crédito em um momento de crise de confiança nos mercados; e v) uma situação de solvência externa muito favorável em comparação a padrões históricos; refletida no nível recorde de reservas internacionais e na dívida externa líquida negativa.

Em relação às operações de crédito, a ação anticíclica dos bancos públicos foi fundamental para a manutenção do crescimento: houve uma expansão da ordem de 20% no acumulado em 12 meses até agosto e o estoque total atingiu cerca de 45% do PIB. De setembro de 2008 a agosto de 2009, os bancos públicos foram responsáveis por 82% da expansão do crédito no período (Gráfico 1.5).

De fato, após registrar quedas expressivas do PIB de 3,4% e 1,0% no quarto trimestre de 2008 e no primeiro trimestre de 2009, respectivamente, a recuperação do nível de atividade confirmou-se com a expansão de 1,9% do PIB no segundo trimestre de 2009 (todas as taxas com ajuste sazonal, em relação ao trimestre imediatamente anterior) – Gráfico 1.6. Esse crescimento foi liderado pelo consumo das famílias, que registrou um crescimento de 2,1% no período (Gráfico 1.7). Apesar de os investimentos não terem apresentado crescimento nessa base de comparação, já registraram uma expressiva recuperação: após uma queda de 12,3% da FBCF no primeiro trimestre, esta ficou estável no segundo trimestre em relação ao primeiro. A recuperação firme do consumo das famílias combinada com o aumento progressivo do nível de utilização da capacidade instalada da indústria abriram caminho para uma retomada mais expressiva dos planos de investimento no segundo semestre de 2009. Com os resultados positivos registrados ao longo desse ano, o Governo brasi-

leiro projeta um crescimento real entre 0,5% e 1,0% para o PIB em 2009. A perspectiva é de que, a partir de 2010, a economia brasileira retome um patamar acelerado de crescimento, com taxas entre 5,0% e 6,0% ao ano.

O desempenho do Brasil tem uma avaliação positiva dos próprios estrangeiros, como reflete os indicadores de risco soberano e o volume de Investimentos Externos Diretos (IED). O indicador EMBI+ mostra um claro distanciamento do risco-país do Brasil em relação à média dos países emergentes (Gráfico 1.8). Quanto aos IED, as projeções do Banco Central apontam para um montante de US\$ 25 bilhões em 2009, número menor do que o recorde de US\$ 45 bilhões do ano anterior, mas expressivo em um ano marcado pelos efeitos negativos da crise. O Brasil é considerado um dos principais alvos para os investidores estrangeiros (ver a Seção sobre IED-perspectivas). Vale acrescentar que o nível de reservas internacionais, acima de US\$ 200 bilhões, também se situa em patamares recordes históricos, o que garante um colchão de liquidez importante em um momento de restrição financeira internacional.

**Gráfico 1.5 – Evolução do crédito
(Índice set/08 = 100)**

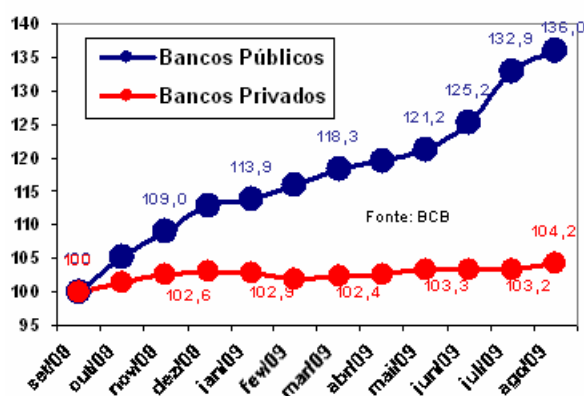


Gráfico 1.6 – Variação anual do PIB (%)

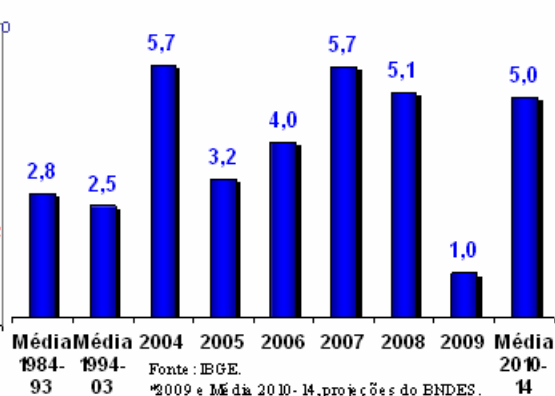


Gráfico 1.7 – Crescimento do consumo das famílias ante o trimestre imediatamente anterior

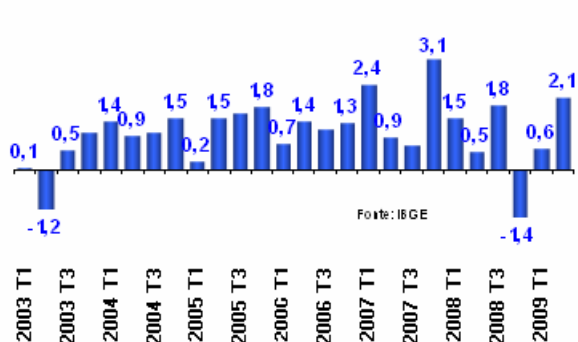
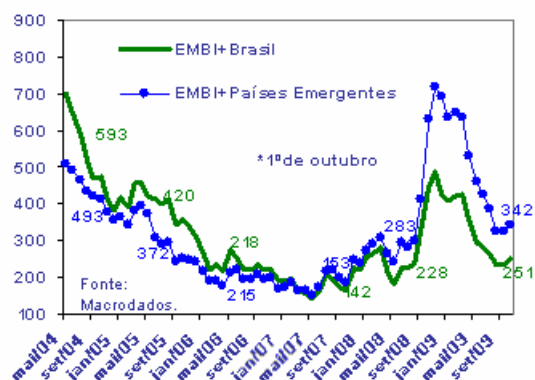


Gráfico 1.8 – EMBI (Brasil X Emergentes)



2) Os Investimentos Externos Diretos no Mundo

Tendências recentes

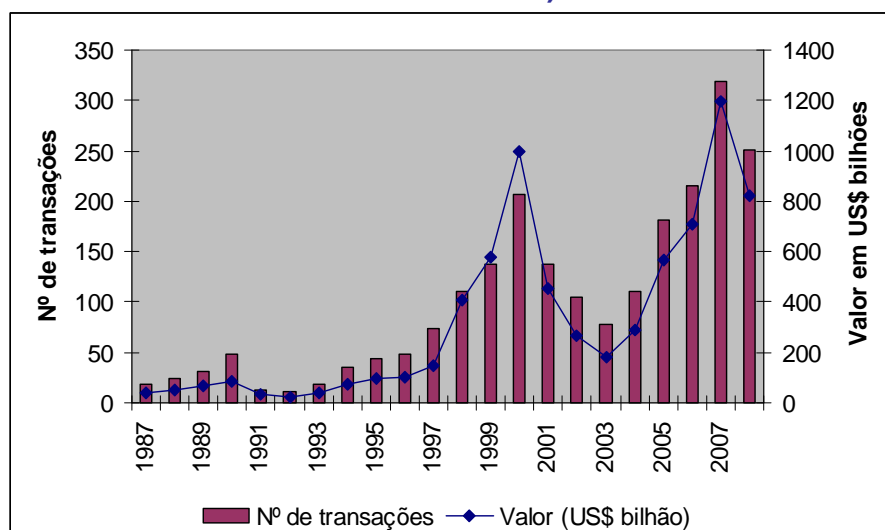
Os impactos da crise mundial sobre os investimentos externos diretos (IED) se fizeram sentir gradualmente nos últimos dois anos. Primeiro sobre os países desenvolvidos e, um pouco mais tarde, sobre os demais países. Como resultado, depois de um período ininterrupto de crescimento, de 2003 a 2007, o investimento direto global caiu 14% em 2008, para US\$ 1,7 trilhão, de um pico de US\$ 2,0 trilhões no ano anterior. Em 2009, a desaceleração do investimento foi ainda maior. As informações constam do último Relatório Mundial de Investimentos publicado pela Conferência das Nações Unidas para o Comércio e o Desenvolvimento – UNCTAD (*World Investment Report*, 2009).

A crise financeira afetou o investimento direto, ainda que com defasagem, porque afetou tanto a capacidade das empresas de investir como também sua disposição para investir. A capacidade de investir foi reduzida porque, por um lado, o crédito ficou mais caro e escasso e, por outro, os lucros, que poderiam ser reinvestidos (autofinanciamento), se reduziram. Por sua vez, a disposição para investir se retraiu diante das perspectivas desfavoráveis dos mercados consumidores. Outro canal de transmissão destacado pela UNCTAD é o aumento da aversão ao risco das empresas – diante de um cenário de profunda incerteza quanto aos desdobramentos da crise, as empresas teriam adotado um comportamento preventivo muito conservador.

Outro aspecto interessante do comportamento do investimento direto no período é o fato de que não foram apenas os novos investimentos que se retraíram; os desinvestimentos, que são os fluxos de recursos das filiais das empresas para suas matrizes, passaram a exceder a entrada bruta de investimento direto em vários dos países cujos dados são acompanhados pela UNCTAD, resultando em fluxo líquido negativo de investimento. Esses desinvestimentos podem se dar sob a forma de repatriação de capital, empréstimos intracompanhias reverso (da filial para a matriz) e pagamento de dívidas. Ainda que não haja relação de causa e efeito estabelecida entre a crise e os desinvestimentos, é sugestivo que estes tenham crescido a partir do último trimestre de 2008.

Quanto aos modos de investimento, caíram tanto as fusões e aquisições como os investimentos em novos projetos (*greenfield*). As fusões e aquisições entre fronteiras foram severamente afetadas pela crise: caíram tanto em número de operações, como resultado da escassez do crédito e da perda de confiança, como em valor, fruto da forte queda de preço das ações em um mercado desaquecido (Gráfico 2.1).

Gráfico 2.1 - Fusões e Aquisições entre Fronteiras no Mundo (valores acima de US\$ 1 bilhão) 1987-2008



Fonte: UNCTAD

Padrões regionais

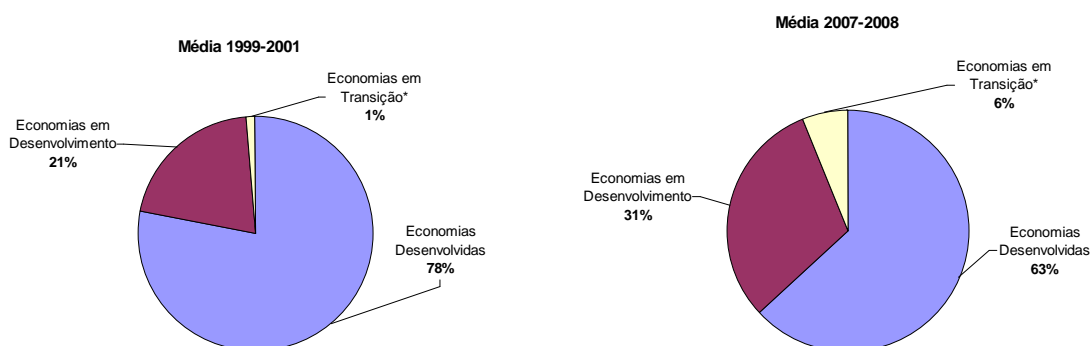
Um dos aspectos distintivos da crise atual, que é o fato de afetar mais intensamente os países desenvolvidos, também se observou com relação aos fluxos de investimento direto. Nesses países, tanto os fluxos de entrada como de saída caíram de forma pronunciada em 2008 (em 29% e 17%, respectivamente), e a queda se acentuou após a quebra do Lehman Brothers, em setembro do ano passado. No primeiro semestre de 2009, estima-se que a entrada de investimento direto nos países desenvolvidos tenha caído de 30% a 50% quando comparado ao nível do segundo semestre de 2008.

O recuo nos países desenvolvidos foi resultado, sobretudo, do declínio das fusões e aquisições entre fronteiras, cujo valor foi 39% menor em 2008. Na Europa, a queda foi de 56% e no Japão, de 43%. O número de novos projetos de investimento, por outro lado, cresceu 12,5% para o conjunto dos países desenvolvidos em 2008, mas caiu a uma taxa anualizada de 16% no primeiro trimestre de 2009.

Já nos países em desenvolvimento e em transição, a entrada de investimento direto subiu a níveis recordes em 2008, ainda que o crescimento, de 17%, tenha sido menor que nos anos anteriores. A entrada de investimento direto cresceu consideravelmente na África (27%), onde foram realizadas grandes fusões e aquisições, especialmente no setor de construção. Na América Latina e no Caribe, o crescimento da entrada de investimento direto foi de 13% e na Ásia, de 17%.

Com o crescimento da entrada de investimento direto nos países em desenvolvimento e em transição e queda nos desenvolvidos, a participação dos primeiros no destino total do IED subiu para 43% em 2008, contra a média de 37% no biênio 2007-2008 e de 22% no período de 1999 a 2001 (Gráfico 2.2).

Gráfico 2.2 - Destino do IED por Grupo de Países



Fonte: UNCTAD

* Sudeste da Europa e Comunidade dos Estados Independentes

Outra distinção clara nos fluxos de IED para economias desenvolvidas e em desenvolvimento é que, nas primeiras, as saídas superaram as entradas em todas as regiões (Tabela 2.1). Em contraste, nas economias em desenvolvimento, as entradas de investimento externo em 2008 superaram as saídas em praticamente todas as regiões, à exceção do Caribe.

Tabela 2.1: Fluxos de IED em 2008 por região (US\$ milhões)			
	Entrada	Saída	Saldo
Mundo	1.697.353	1.857.734	-160.381
Economias desenvolvidas	962.259	1.506.528	-544.269
Europa	518.339	944.460	-426.121
América do Norte	360.824	389.463	-28.639
Outras economias desenvolvidas	83.095	172.605	-89.510
Economias em desenvolvimento	735.094	351.206	383.888
África	87.647	9.309	78.338
América Latina e Caribe	144.377	63.207	81.170
América do Sul	91.742	34.366	57.376
América Central	29.676	2.889	26.787
Caribe	22.960	25.951	-2.991
Ásia e Oceania	388.709	220.194	168.515
Sudeste da Ásia	297.573	186.455	111.118
Outros países da Ásia	90.255	33.684	56.571
Oceania	881	55	826
Sudeste da Europa e CEI*	114.361	58.496	55.865

Fonte: UNCTAD

*Comunidade de Estados Independentes

Em 2009, no entanto, os investimentos diretos caíram em todos os grupos de países, segundo dados preliminares da UNCTAD. Em um universo de 96 países para os quais há dados disponíveis para o primeiro trimestre, houve queda em 70 em comparação com o primeiro trimestre de 2008 e a soma total de investimento direto foi 44% menor. Nos países em desenvolvimento, a en-

trada de investimento direto começou a declinar no fim de 2008, quase um ano depois do início da queda nos desenvolvidos.

Padrões setoriais

Em 2008, registraram-se marcadas diferenças na entrada e na saída de investimento direto por setor de atividade. Ainda que na maioria das indústrias tenha havido queda do investimento direto em 2008, houve algumas exceções notáveis, sobretudo no setor primário e extrativo e nas indústrias de alimentos, bebidas e tabaco. A avaliação é da UNCTAD, tendo em vista que não há dados suficientes de investimentos diretos desagregados por setor e indústria para 2008. De modo geral, houve declínio das atividades de fusão e aquisição na indústria de transformação e nos serviços mas com um redirecionamento para serviços não-financeiros, alimentos, bebidas e tabaco. As indústrias do setor de alimentos estiveram entre as mais ativas em termos de aquisições de companhias estrangeiras e em fusões e aquisições.

O valor das fusões e aquisições no setor primário e extrativo cresceu, em 2008, tanto em termos absolutos como em participação no total, o que é atribuído ao aumento dos preços do petróleo e de outras *commodities*. Na indústria de transformação, que responde por quase um terço do estoque global de investimento direto, o valor das fusões e aquisições entre países caiu 10% em 2008. O comportamento dentro da indústria, no entanto, foi muito heterogêneo. Têxteis e vestuário, produtos de plástico e borracha e metais e produtos de metais caíram em média, 80%. Por outro lado, fusões e aquisições nas indústrias de alimentos, bebidas e tabaco cresceram 125%, um resultado que se explica por algumas poucas, mas grandes transações nesses setores (de mais de US\$ 10 bilhões cada).

No setor de serviços, que responde por cerca de dois terços do estoque mundial de investimento direto, as fusões e aquisições entre países caíram 54% em 2008. A maioria dos grandes subsectores foi atingida com intensidade similar. Nos serviços financeiros, no entanto, o valor das fusões e aquisições caiu 73%.

Perspectivas para o IED no período 2009/2011

Pesquisa da UNCTAD junto a 240 empresas sobre as perspectivas dos investimentos no período 2009-2011 (*World Investment Prospects Survey*) sugere que os investimentos diretos devem continuar caindo no curto prazo, mas voltar a crescer a partir, sobretudo, de 2011.

Grosso modo, 90% das empresas que participaram da pesquisa declararam-se pessimistas ou muito pessimistas sobre 2009. Por outro lado, 45% reportaram estar otimistas ou muito otimistas sobre o ambiente global de negócios em 2011, percentual que cai para 10% com relação a 2010 e para zero, em relação a 2009. A recuperação dos investimentos a partir de 2011 é esperada, em parte, como resultado da retirada de recursos públicos das empresas resgatadas durante a crise, que deve abrir novas oportunidades de fusões e

aquisições. Além disso, espera-se que permaneça em curso o movimento de internacionalização das empresas.

Os principais riscos apontados pelas empresas à concretização desse cenário foram o aprofundamento da crise, o aumento da instabilidade financeira e o aumento do protecionismo com mudança dos regimes de investimento direto.

A expectativa de queda no curto e recuperação no médio prazo foi comum às empresas de todas as regiões; no entanto, as multinacionais dos países em desenvolvimento mostraram-se mais otimistas que as de outras regiões com relação ao período 2009-2011.

Com relação ao destino preferencial dos investimentos, a pesquisa confirmou resultados anteriores – os 15 destinos preferidos continuam sendo liderados pela China, seguida pelos Estados Unidos, Índia, Brasil e Rússia. Metade dos 20 destinos preferenciais são economias emergentes, o que se explica, sobretudo, pelo seu maior potencial de crescimento no longo prazo. O Brasil será o quarto principal destino de investimentos diretos até 2011.

3) COMÉRCIO EXTERIOR BRASILEIRO

A crise econômica continua a afetar fortemente o comércio mundial, mas as perspectivas atuais começam a indicar sinais de melhora para um futuro próximo. As projeções do FMI divulgadas no início de outubro indicam queda de 11,9% do volume exportado para 2009, com início de recuperação, para o próximo ano, a partir de uma taxa de crescimento de 2,5%. A estimativa anterior era de uma taxa de crescimento do comércio de apenas 1% em 2010.

Em valor, espera-se que o comércio mundial total no corrente ano se reduza 23% em relação a 2008. Segundo estimativas do FMI, as exportações mundiais de bens e serviços deverão ser de US\$ 15,2 trilhões em 2009, após sucessivos recordes que haviam conduzido o comércio mundial ao valor de US\$ 19,7 trilhões no ano passado. Para 2010, a projeção é de que o comércio de bens e serviços seja de US\$ 16,5 trilhões, ainda não recuperando o valor anterior à crise, apesar de já representar uma melhora.

A estimativa para o valor das exportações de bens do Brasil é de US\$ 158 bilhões para o ano de 2009, valor próximo do verificado no acumulado dos últimos 12 meses até setembro. A partir de tal estimativa, a queda das exportações brasileiras seria de 19% em relação ao efetivamente verificado no ano anterior e, portanto, inferior às quedas esperadas nas taxas para o comércio mundial.

De janeiro a setembro de 2009, as empresas brasileiras exportaram US\$ 111,8 bilhões, o que representou uma queda de 25,9% em relação aos primeiros nove meses do ano anterior. No mesmo período, as importações do Brasil foram de US\$ 90,5 bilhões tendo sua redução, de 31,0%, sido superior à das exportações. A maior queda nas importações do que nas exportações levou a

um aumento do superávit brasileiro nos nove primeiros meses do ano para US\$ 21,3 bilhões, contra os US\$ 19,7 bilhões do mesmo período de 2008.

A crise econômica mundial vem afetando em diferentes graus cada país, o que se reflete por sua vez no comércio desses em relação ao Brasil. O único bloco econômico para o qual as exportações brasileiras apresentaram crescimento de janeiro a setembro foi a Ásia (ver Tabela 3.1), devido basicamente ao comportamento da economia chinesa, que continua a apresentar taxas de crescimento expressivas e daí a manter sua demanda por importações.

Tabela 3.1: Exportação, Importação e Saldo do Brasil por Blocos: janeiro a setembro de 2009 e 2008 (em US\$ milhões FOB)

	Exportações		Var. %	Importações		Var. %	Saldo	
	2009	2008	2009/08	2009	2008	2009/08	2009	2008
Ásia	29.989	28.785	4,2	25.280	35.484	-28,8	4.709	-6.699
. China	16.215	13.712	18,3	11.022	14.862	-25,8	5.193	-1.150
União Européia	25.091	35.611	-29,5	20.726	27.259	-24,0	4.365	8.352
América Latina e Caribe	24.305	38.370	-36,7	16.002	21.486	-25,5	8.303	16.884
- Mercosul	10.380	16.960	-38,8	9.200	11.201	-17,9	1.180	5.759
. Argentina	8.274	13.784	-40,0	7.907	9.937	-20,4	367	3.847
- Demais de AL e Caribe	13.925	21.410	-35,0	6.802	10.285	-33,9	7.123	11.125
EUA ⁽¹⁾	11.361	21.506	-47,2	14.826	19.109	-22,4	-3.465	2.397
África	6.424	7.410	-13,3	5.999	12.833	-53,3	425	-5.423
Oriente Médio	5.522	5.904	-6,5	2.278	4.849	-53,0	3.244	1.055
Europa Oriental	2.513	4.574	-45,1	1.361	4.382	-68,9	1.152	192
Demais	6.578	8.699	-24,4	4.036	5.771	-30,1	2.542	2.928
TOTAL	111.783	150.859	-25,9	90.508	131.173	-31,0	21.275	19.686

⁽¹⁾ inclui Porto Rico.

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da Secex/MDIC.

As exportações brasileiras para a China foram de US\$ 16,2 bilhões (+18,3%), representando 54,1% do total de produtos brasileiros exportados para a Ásia. Os demais países somaram US\$ 13,8 bilhões, o que representou queda de 8,6% em relação ao mesmo período do ano passado. Na ausência da China, o fluxo comercial entre Brasil e Ásia seria deficitário em US\$ 484 milhões. Para todos os outros blocos econômicos, o Brasil apresentou superávit, exceto para os Estados Unidos.

Dos blocos econômicos que apresentaram queda nas exportações, podemos destacar: Estados Unidos (US\$ 11,3 bilhões; 47,2%), Europa Oriental (US\$ 2,5 bilhões; 45,1%) e Mercosul (US\$ 10,4 bilhões; 38,8%).

Por mercados fornecedores, não houve crescimento das importações brasileiras em nenhum bloco econômico. Entre os blocos que apresentaram retração, podemos destacar: Europa Oriental (US\$ 4,4 bilhões; 68,9% em relação ao mesmo período do ano passado), África (US\$ 12,8 bilhões; 53,3%) e Oriente Médio (US\$ 4,8 bilhões; 53,0%).

Em relação às exportações por tipos de produto, todas as categorias apresentaram queda de janeiro a setembro de 2009: manufaturados não com-

modities (US\$ 41,8 bilhões; 32,3% em relação ao mesmo período de 2008) e básicos e outras *commodities* (US\$ 67,7 bilhões; 20,5%).

Tabela 3.2: Exportações do Brasil por tipos de produtos: janeiro a setembro de 2009 e 2008 (em US\$ milhões FOB)

	Janeiro/Setembro		Var. % 2009/08	Part. %	
	2009	2008		2009	2008
Básicos e outras <i>Commodities</i>	67.712	85.137	-20,5	60,6	56,4
Soja em grão	10.925	9.784	11,7	9,8	6,5
Minério de Ferro	10.032	12.266	-18,2	9,0	8,1
Petróleo em Bruto	6.041	9.880	-38,9	5,4	6,5
Açúcar em bruto e refinado	5.568	3.691	50,9	5,0	2,4
Farelo de Soja	3.659	3.375	8,4	3,3	2,2
Carne de Frango	3.518	4.566	-23,0	3,1	3,0
Café em grão	2.690	2.832	-5,0	2,4	1,9
Celulose	2.347	2.979	-21,2	2,1	2,0
Fumo em folhas	2.326	1.962	18,6	2,1	1,3
Carne Bovina	2.170	3.171	-31,6	1,9	2,1
Demais	18.436	30.631	-39,8	16,5	20,3
Manufaturados Não <i>Commodities</i>	41.765	61.726	-32,3	37,4	40,9
Aviões	2.884	3.962	-27,2	2,6	2,6
Automóveis de passageiros	2.220	3.729	-40,5	2,0	2,5
Autopeças	1.716	2.759	-37,8	1,5	1,8
Apars. transmissores ou receptores	1.323	1.947	-32,0	1,2	1,3
Motores e geradores elétricos	1.305	1.609	-18,9	1,2	1,1
Laminados planos de ferro ou aço	1.147	1.526	-24,8	1,0	1,0
Calçados	1.017	1.453	-30,0	0,9	1,0
Polímeros plásticos	1.012	1.034	-2,1	0,9	0,7
Bombas e compressores	783	1.295	-39,5	0,7	0,9
Veículos de carga	756	1.628	-53,6	0,7	1,1
Demais	27.602	40.784	-32,3	24,7	27,0
Operações Especiais	2.306	3.996	-42,3	2,1	3,6
Total	111.783	150.859	-25,9	100,0	100,0

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da Secex/MDIC.

O grupo de produtos que podem ser considerados *commodities* foi responsável por 60,6% do total exportado entre janeiro e setembro de 2009. A soja em grão (US\$ 10,9 bilhões) foi o item que mais se destacou na pauta desses produtos. Em seguida destacaram-se as exportações de minério de ferro (US\$ 10,0 bilhões), petróleo bruto (US\$ 6,0 bilhões) e açúcar bruto e refinado (US\$ 5,6 bilhões). Dos principais produtos básicos e outras *commodities*, apenas os seguintes itens apresentaram crescimento: açúcar em bruto e refinado (50,9%), fumo em folhas (18,6%), soja em grão (11,7%) e farelo de soja (8,4%).

Nos demais bens industrializados, destacaram-se as exportações de aviões (US\$ 2,9 bilhões), automóveis de passageiros (US\$ 2,2 bilhões), autopeças (US\$ 1,7 bilhão) e aparelhos transmissores ou receptores (US\$ 1,3 bilhão). Todos os principais produtos manufaturados não *commodities* apresentaram queda nas exportações em relação a janeiro e setembro de 2008, destacando-se veículos de carga (53,6%), automóveis de passageiros (40,5%), bombas e compressores (39,5%) e autopeças (37,8%).

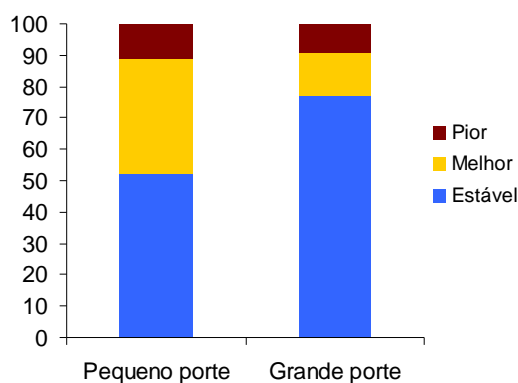
Box 3.1 - Disponibilidade de crédito à exportação deve melhorar

As estatísticas sobre o financiamento às exportações não são fáceis de serem conseguidas: as operações realizadas são muito dispersas por diversas instituições públicas e privadas pelo mundo, e os instrumentos para a realização delas são variados e muito heterogêneos. Para superar essa dificuldade, estudos para mensurar os efeitos da crise econômica mundial no financiamento à exportações vem sendo realizados a partir de pesquisas junto às instituições que atuam em tal mercado.

O crédito à exportação representa a cada ano cerca de 80% do comércio mundial de bens. Em cifras do ano de 2008, esse valor equivaleria de US\$ 12 trilhões. O reflexo da crise econômica no mercado de crédito levou a um déficit de crédito à exportação que se estimou ter chegado a US\$ 300 bilhões entre o final do ano passado e o início de 2009. Em conjunto com a redução da demanda mundial por importações, a escassez de crédito é apontada como um dos fatores a reduzir o comércio mundial*.

Entretanto, as perspectivas apontadas por pesquisa do FMI em conjunto a BAFT, a partir da opinião de bancos que atuam no comércio exterior, indicam que a escassez de *trade finance* parece ter pelo menos parado de piorar. Destacando-se os bancos de menor porte, justamente os que foram mais afetados pela crise, o resultado da pesquisa indica que a grande maioria espera que a situação nos próximos meses fique melhor ou pelo menos não piore – ver Gráfico 3.1.

Gráfico 3.1 - Percepção dos bancos pesquisados sobre como deve ser ficar a disponibilidade de crédito à exportação nos meses restantes de 2009, por porte da instituição¹ (em % de respostas)



Fonte: FMI, *World Economic Outlook*, outubro de 2009

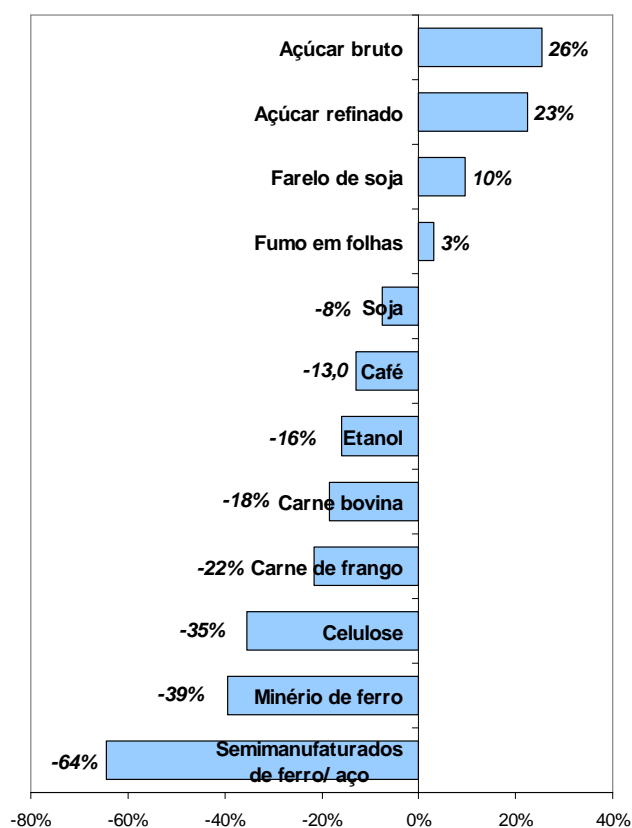
1) Pequeno porte: bancos com ativos mundiais totais inferiores a US\$ 5 bilhões; Grandes: com ativos superiores a US\$ 100 bilhões.

* Auboin, M (2009) "Boosting the availability of trade finance in the current crisis: background analysis for a substantial G20 package" CPER Policy Insight, n 35.

As condições deprimidas de preços no mercado internacional vêm contribuindo de forma expressiva para os resultados das exportações brasileiras.

Consideradas as doze principais *commodities*, exceto petróleo, exportadas pelo Brasil nos primeiros nove meses de 2009, apenas quatro apresentaram aumento de preço em setembro quando esses são comparados ao mesmo mês do ano passado. As maiores altas ocorreram nas exportações de açúcar bruto e refinado (26% e 23%, respectivamente) e a maior queda, nas de semimanufaturados de ferro ou aço (64%) – ver Gráfico 3.2. Dos US\$ 45,5 bilhões que as doze principais commodities representaram em exportações brasileiras, as quatro que apresentaram alta foram responsáveis por US\$ 11,6 bilhões, ou seja, pouco mais de 25% do total.

Gráfico 3.2 - Variação de preços das 12 principais *commodities* exportadas pelo Brasil: setembro de 2009 / setembro de 2008 (em %)



Fonte: Elaboração própria a partir de dados da Secex/ MDIC.

A queda dos preços internacionais tem contribuído significativamente para a redução das estatísticas de valor das exportações brasileiras e mundiais. Nesse sentido, informações sobre o quantum podem refletir melhor a real tendência da produção voltada para exportações em cada país. O efeito é usualmente lembrado no caso das *commodities*, mas de forma igualmente relevante pode distorcer as estatísticas de produtos industrializados.

As estatísticas de comércio exterior vêm mostrando, muitas vezes, aumento de preços nos segmentos de veículos, máquinas e equipamentos. Mas uma conjuntura de crise econômica mundial, no qual a queda de demanda no

mundo é generalizada, pouco se pode esperar que um país esteja incrementando efetivamente valor adicionado em seus produtos. Ou seja, que tal país exportador tenha conseguido sofisticar sua pauta na direção dos produtos de maior valor agregado. A resposta real a essa questão pode estar no fato de a cesta de bens exportados esteja se concentrando em produtos possivelmente mais caros devido às perdas de exportações em segmentos de produtos mais baratos. Em geral, a competição é mais acirrada nos produtos manufaturados proporcionalmente mais baratos; os de valor unitário elevado tendem a apresentar maior diferenciação, ocupando nichos específicos.

Por sua vez, as exportações de um país podem crescer em quantidade ao mesmo tempo em que o preço no mercado internacional esteja deprimido pela diminuição da renda dos países importadores. Nos bens manufaturados, o efeito não é na mesma magnitude do que nos produtos básicos, mas pode também ser relevante em algumas circunstâncias. Ademais, existe o efeito de renegociações em virtude de variações cambiais: após desvalorizações do câmbio, há pressão por redução de preços pelos compradores e vice-versa. Desvalorizações cambiais, bem como posteriores valorizações, são muito comuns em períodos de crise econômica internacional, contribuindo ainda mais para poluir os sinais provenientes das informações de preços no comércio internacional.

Em ambos os casos, as informações das quantidades exportadas podem sinalizar melhor a real tendência de exportações em relação às respectivas estatísticas de valor.

Nas exportações brasileiras, o índice de quantum elaborado pela Funcex indica que os setores mais afetados após a crise foram os relativos a produtos do segmento metal-mecânico. De janeiro a agosto de 2009, último mês com dados disponíveis, as maiores quedas ocorreram nas exportações de veículos automotores (48% em relação ao mesmo período do ano anterior) e máquinas e equipamentos (43%). Apenas quatro setores apresentaram crescimento no período, destacando-se o forte incremento das exportações do setor de petróleo (49%) – ver Tabela 3.3.

Para avaliar a tendência das quantidades exportadas pelo Brasil, foi utilizada a comparação da taxa de variação do bimestre julho-agosto, em relação ao mesmo período do ano passado, com ao total da taxa acumulada nos primeiros oito meses de 2009. Se a taxa de variação do índice do bimestre julho-agosto for maior do que a média de todos os oito meses, infere-se que o setor apresentou sinais de melhora de sua tendência; caso contrário, de piora. A partir dessa comparação pode-se avaliar como o resultado dos últimos dois meses contribuiu para a estatística de janeiro a agosto, melhorando ou piorando a média.

Tabela 3.3: Exportações brasileiras por setores da CNAE em 2009: taxas de variação dos índices de quantidades em relação ao mesmo período do ano anterior

Setores da CNAE	Primeiro bimestre	Segundo bimestre	Terceiro bimestre	Quarto bimestre	Janeiro a agosto	Tendência do quarto trimestre
Veículos automotores, reboques e carrocerias	-56%	-45%	-49%	-45%	-48%	Melhora
Máquinas e equipamentos	-39%	-37%	-48%	-48%	-43%	Piora
Produtos de madeira	-50%	-38%	-33%	-32%	-39%	Melhora
Material eletrônico e de comunicações	-40%	-28%	-39%	-30%	-34%	Melhora
Outros equipamentos de transporte	-28%	-25%	-35%	-43%	-33%	Piora
Confecção de artigos do vestuário e acessórios	-41%	-7%	-36%	-38%	-31%	Piora
Produtos de minerais não-metálicos	-42%	-30%	-29%	-22%	-30%	Melhora
Máquinas, aparelhos e materiais elétricos	-34%	-18%	-25%	-30%	-27%	Piora
Extração de minerais não-metálicos	-35%	-20%	-27%	-15%	-24%	Melhora
Artigos de borracha e plástico	-37%	-19%	-27%	-14%	-24%	Melhora
Produtos de metal	-31%	-14%	-27%	-26%	-24%	Piora
Extração de minerais metálicos	-32%	27%	-46%	-19%	-23%	Melhora
Preparação de couros seus artefatos e calçados	-33%	-27%	-19%	-13%	-23%	Melhora
Equipamentos médico-hospitalares e de precisão	-27%	-20%	-19%	-23%	-22%	Piora
Móveis e indústrias diversas	-18%	-18%	-22%	-23%	-20%	Piora
Produtos têxteis	-28%	-6%	-17%	-25%	-19%	Piora
Metalurgia básica	-31%	-4%	-23%	-17%	-19%	Melhora
Coque, refino de petróleo e combustíveis	-36%	-34%	-8%	-2%	-18%	Melhora
Produtos químicos	-27%	4%	4%	-1%	-5%	Melhora
Produtos alimentícios e bebidas	-8%	13%	-2%	-4%	-1%	Piora
Celulose, papel e produtos de papel	1%	40%	-1%	3%	9%	Piora
Máquinas para escritório e de informática	-4%	35%	3%	20%	14%	Melhora
Agricultura e pecuária	11%	29%	36%	5%	22%	Piora
Extração de petróleo	85%	324%	-22%	63%	49%	Melhora

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da Funcex.

A partir de tal indicador, conclui-se que existe tendência de melhora no volume de exportações na maioria dos setores brasileiros: 13 dos 24 setores apresentam menor queda ou maior alta no bimestre julho-agosto do que em relação ao total acumulado no ano. Porém há de se lembrar que a grande maioria dos setores ainda apresenta quedas expressivas, conforme pôde ser visto na Tabela 3.3, apesar da tendência de reversão. O resultado do indicador nos diz apenas que parece haver, para muitos setores, a redução do ritmo de queda das quantidades exportadas.

Nos dois setores mais afetados mencionados anteriormente, veículos e máquinas, o comportamento depreendido a partir de tal indicador é distinto. Enquanto o setor de veículos automotores mostra sinais de redução em sua queda, o de máquinas e equipamentos apresenta piora em sua tendência; a sua queda no bimestre julho-agosto (48%) foi superior à queda do acumulado do ano (43%). A recuperação nas vendas de máquinas e equipamentos é mais difícil, pois elas estão relacionadas muitas vezes à expansão de capacidade produtiva do importador, atividade pouco viável nas atuais condições mundiais.

MATÉRIA ESPECIAL

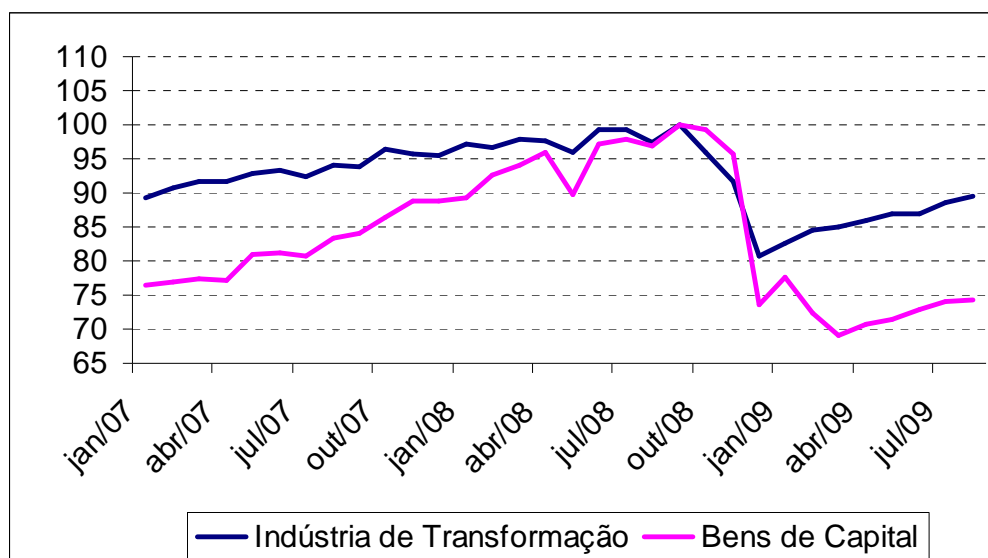
As exportações brasileiras de bens de capital após o início da crise mundial

Alexandre Lautenschlager
Fabrício Catermol¹

A crise econômica mundial afetou fortemente a produção industrial no mundo. Em um grande conjunto de países, a queda na produção de bens industrializados significou médias em torno de 20% para a retração a iguais períodos do ano anterior, alcançando quase 30% em alguns. No Brasil, a indústria apresentou queda significativamente inferior a tais médias mundiais, apesar de também ter sofrido os efeitos da crise econômica mundial.

De acordo com os dados do IBGE, para o primeiro semestre como um todo, a produção na indústria de transformação brasileira em 2009 foi 13% inferior ao mesmo período de 2008. Apesar de já existirem evidências de que a velocidade na queda tenha diminuído ao longo de julho e agosto, a reversão da atividade econômica afetou a indústria de bens de capital nacional de forma maior do que a indústria geral, apresentando no semestre uma produção 22,9% abaixo da verificada no ano anterior. Tendo como referência o mês de setembro de 2008, ponto no qual ambas as séries atingem seus pontos mais elevados, no espaço de três meses a produção de bens de capital caiu 26,5%, contra 19,3% da indústria de transformação (Gráfico 1).

Gráfico 1: Produção da Indústria de Transformação e de Bens de Capital no Brasil (Setembro de 2009 = 100)



Fonte: IBGE, elaboração própria.

¹ Respectivamente, economista e gerente da Área de Comércio Exterior do BNDES.

A capacidade instalada no setor de bens de capital também apresenta utilização inferior em relação ao total da indústria de transformação. Segundo o Banco Central, em setembro de 2008, a utilização da capacidade instalada alcançou 87,8% para os bens de capital, mas caiu para 73,3% em janeiro e registrou 77,1% em agosto último. Por sua vez, a média de toda a indústria de transformação teve seu mínimo em 76,7%, e no último mês já trabalhava com níveis de utilização superiores a 81,5%.

O Brasil apresenta uma indústria de bens de capital que consegue competir internacionalmente na venda de seus produtos em um conjunto relevante de subsegmentos, a exemplo de veículos para transporte de carga, máquinas rodoviárias, agrícolas, aeronaves e geração de energia.

As parcelas de receita de exportações são importantes para muitas das empresas brasileiras de bens de capital, e portanto a retração da demanda internacional por esse tipo de produto contribui de modo relevante para a redução da produção e aumento da capacidade ociosa em nosso país.

O objetivo deste trabalho é analisar o comportamento das exportações brasileiras de bens de capital, a partir da comparação de dois momentos muito distintos para a economia do país, os primeiros semestres de 2008 e 2009. No primeiro semestre de 2008, ainda não era de percepção mundial a profundidade da crise financeiro-econômica que vinha se formando a partir dos mercados norte-americanos e europeus, e muito menos claros os sinais para a economia brasileira. O primeiro semestre de 2009 representou para o Brasil o imediato efeito da queda de exportações proveniente da menor demanda internacional, sem ainda mostrar a recuperação que começaria a ser esboçada nos meses seguintes.

A pauta por tipos de bens de capital

As exportações brasileiras de bens de capital apresentaram forte expansão nos últimos anos: o valor exportado em 2008 representou mais que o triplo do existente em 2002. Mas assim como outros itens da pauta brasileira, sofreram reversão de tal tendência nos primeiros meses de 2009. De fato, na comparação com o primeiro semestre do ano anterior, as exportações de bens de capital apresentaram queda (31%) superior ao do total da pauta brasileira (23%).

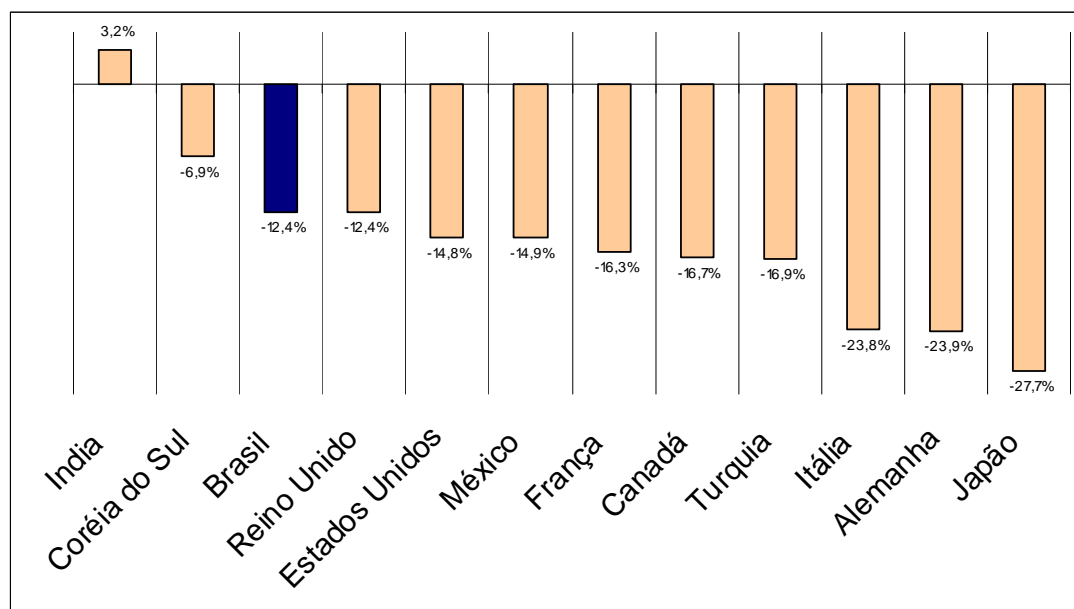
O setor de bens de capital é um dos mais sensíveis em todas as economias do mundo por se tratar de produtos voltados à ampliação de capacidade e/ou modernização de instalações. Com a baixa na perspectiva de demanda por bens devido à redução de renda, o incentivo às empresas demandarem bens de capital em períodos de crise econômica é ainda menor do que o existente para muitos bens de consumo e intermediários. A perspectiva de redução na demanda adia investimentos e, portanto, a procura por bens de capital. É um resultado esperado que tanto a produção quanto a exportação e importação de bens de capital apresentem, durante crises econômicas, quedas superiores aos demais bens.

O comportamento da produção da indústria manufatureira no mundo serve como um indicativo da demanda por bens de capital no exterior. Se a produção manufatureira como um todo cai, a demanda por importações de bens de capital deverá seguir tal tendência.

Os bruscos ajustes no nível de consumo global provocados pela crise financeira tiveram como contrapartida uma contração significativa na atividade manufatureira na grande maioria dos países, tanto desenvolvidos quanto em desenvolvimento (Gráfico 2). Na comparação entre o 2º trimestre de 2009 com o igual período do ano anterior, a produção da indústria manufatureira diminuiu mais de 20% em países como a Itália, Alemanha e Japão. A produção industrial encontra-se deprimida em quase todos os países do mundo, reduzindo as oportunidades de exportação.

Comparado a outros países, a indústria brasileira apresentou queda significativamente menor do que as médias mundiais no mesmo período. Enquanto no Brasil, a indústria se retraiu 12,4%, as de outros países em desenvolvimento mostraram quedas maiores, a exemplo de México (14,9%) e Turquia (16,9%). A Índia foi uma das poucas exceções, conseguindo manter uma variação positiva de 3,2%.

Gráfico 2: Produção da indústria manufatureira em países selecionados, 2º trimestre 2008 - 2009



Fonte: OCDE, elaboração própria.

A Tabela 1 mostra a evolução das exportações brasileiras de bens de capital no primeiro semestre de 2008 e 2009, divididas por categorias. O valor exportado no primeiro semestre de 2009 de US\$ 2,76 bilhões em máquinas e equipamentos é o mais representativo de toda a pauta, seguido por aeronaves, com US\$ 2,09 bilhões e ônibus, caminhões e comerciais leves, com US\$ 1,10 bilhão.

**Tabela 1: Exportações brasileiras de bens de capital por categorias,
1º semestre 2008–2009 (US\$ milhares)**

	2008	2009	Variação
Aeronaves	2.805.997	2.089.816	-25,52%
Embarcações	29.665	76.346	157,36%
Instrumentos óticos, médicos e de precisão	71.702	53.307	-25,65%
Máquinas de escritório e informática	95.902	73.931	-22,91%
Máquinas e equipamentos	3.990.145	2.757.333	-30,90%
Material elétrico	1.014	497	-50,94%
Material eletrônico e de comunicação	115.535	105.847	-8,39%
Metalurgia e produtos de metal	195.503	318.700	63,02%
Onibus, caminhões e comerciais leves	2.369.508	1.097.558	-53,68%
Veículos e equipamentos ferroviários	77.491	122.158	57,64%
Total	9.752.461	6.695.493	-31,35%

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da Secex/MDIC.

Em termos relativos, o *ranking* de participação das categorias nas exportações de bens de capital não se alterou quando comparados os mesmos períodos de 2008 e 2009. A queda generalizada das exportações só não se verificou em embarcações, metalurgia e produtos de metal (especialmente tubos de ferro e aço) e veículos e equipamentos ferroviários, que apresentaram grandes aumentos mas que representam valores absolutos pouco expressivos em relação ao total. O avanço de tais categorias não foi suficiente para alterar significativamente a concentração da pauta. Juntas, as 4 maiores categorias representavam 94,0% do total em 2008 e 88,8% em 2009.

Considerando exclusivamente a categoria de máquinas e equipamentos, os maiores valores exportados no primeiro semestre de 2009 dizem respeito às classificações de motores e geradores elétricos (US\$ 567 milhões), máquinas de terraplanagem e elevação de carga (US\$ 392 milhões) e máquinas diversas (US\$ 245 milhões). Esta última classificação abrange um conjunto heterogêneo de bens, que agregados se mostram relevantes. Por exemplo, estão incluídos nessa última categoria máquinas para impressão tipográfica, ferramentas pneumáticas e hidráulicas e outras máquinas definidas por exclusão em relação aos demais itens da NCM, mas sem a definição precisa de seu uso.

Tabela 2: Exportações brasileiras de máquinas e equipamentos, 1º semestre 2008-2009 (US\$ milhares)

	2008	2009	Variação
Motores e geradores elétricos	696.179	567.284	-18,5%
Máquinas de terraplanagem e elevação de carga	1.101.279	392.442	-64,4%
Máquinas diversas	259.079	244.819	-5,5%
Transformadores elétricos	203.262	243.416	19,8%
Geradores e turbinas	94.455	232.261	145,9%
Tratores	361.652	213.875	-40,9%
Máquinas para metalurgia	168.424	161.194	-4,3%
Máquinas agrícolas, exceto tratores	323.689	152.381	-52,9%
Máquinas para não-metálicos	215.428	124.595	-42,2%
Fornos, queimadores, aquecedores e secadores	63.635	101.303	59,2%
Máquinas para indústria alimentícia	79.131	57.582	-27,2%
Máquinas de lavar louça e recipientes	42.265	39.916	-5,6%
Caldeiras	23.528	36.490	55,1%
Compressores e Bombas	132.030	34.917	-73,6%
Válvulas e torneiras	8.370	32.054	283,0%
Demais	217.737	122.804	-43,6%
Total de Máquinas e Equipamentos	3.990.145	2.757.333	-30,9%

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da Secex/MDIC.

As maiores contrações no valor exportado, na comparação dos semestres, dizem respeito a compressores e bombas (73,6%), máquinas de terraplanagem e elevação de carga (64,4%) e máquinas agrícolas, exceto tratores (52,9%). Tratores, isoladamente, mostram uma queda também importante das exportações (40,9%), o que diminuiu sensivelmente sua participação na pauta (de 9,1% em 2008 para 7,8% em 2009). Por outro lado, válvulas e torneiras e geradores e turbinas apresentaram expressivas altas de 283,0% e 145,9%, respectivamente.

Os destinos das exportações brasileiras de bens de capital

Na desagregação por países e continentes (Tabela 3), a América Latina e o Caribe aparecem como os maiores importadores de bens de capital brasileiros, representando 33,4% da pauta nos primeiros seis meses de 2009, ou US\$ 2,2 bilhões. Este valor distribuiu-se principalmente entre máquinas e equipamentos, com US\$ 1,1 bilhão, e ônibus, caminhões e comerciais leves, com US\$ 522,7 milhões. Entretanto, todos os países mais representativos da região apresentaram forte diminuição nos valores importados, com destaque para a Argentina que importou US\$ 1,3 bilhão no primeiro semestre de 2008 e US\$ 649,3 milhões no mesmo período de 2009.

As exportações de bens de capital para a América do Norte, excluindo o México, foram afetadas principalmente pela acentuada diminuição das compras

dos Estados Unidos, o maior importador da região. A principal categoria de produtos, aeronaves, apresentou vendas 58% menores em 2009, totalizando US\$ 544 milhões. Máquinas e equipamentos, apresentaram uma queda relativamente menor, de US\$ 784,6 milhões em 2008, para US\$ 618,8 milhões.

Tabela 3: Exportações brasileiras de bens de capital por países e continentes, 1º semestre 2008-2009 (US\$ milhares)				
Continente	País importador	2008	2009	Variação 08-09
América Latina e Caribe	ARGENTINA	1.341.655	649.319	-51,6%
	CHILE	493.035	275.753	-44,1%
	MÉXICO	445.845	261.139	-41,4%
	VENEZUELA	240.625	218.889	-9,0%
	PERU	315.982	188.473	-40,4%
	COLÔMBIA	231.178	133.913	-42,1%
	PARAGUAI	209.284	74.843	-64,2%
	BOLÍVIA	79.958	73.824	-7,7%
	URUGUAI	141.303	73.228	-48,2%
	outros	510.874	284.464	-44,3%
	TOTAL	4.009.739	2.233.845	-44,3%
América do Norte, exceto México	ESTADOS UNIDOS	2.132.490	1.272.780	-40,3%
	outros	141.159	122.718	-13,1%
	TOTAL	2.273.649	1.395.498	-38,6%
Europa	FRANÇA	137.217	244.296	78,0%
	ALEMANHA	150.086	206.188	37,4%
	ITÁLIA	62.983	202.235	221,1%
	ESPAÑA	85.527	135.101	58,0%
	outros	899.980	559.465	-37,8%
	TOTAL	1.335.793	1.347.285	0,9%
Ásia e Oceania	CHINA	190.078	206.014	8,4%
	EMIRADOS ÁRABES	105.606	164.054	55,3%
	JAPÃO	20.468	119.771	485,2%
	outros	1.069.037	398.989	-62,7%
	TOTAL	1.385.189	888.828	-35,8%
África	ANGOLA	272.697	265.726	-2,6%
	ÁFRICA DO SUL	276.677	217.838	-21,3%
	EGITO	42.038	165.496	293,7%
	NIGÉRIA	34.740	44.250	27,4%
	outros	121.939	136.727	12,1%
	TOTAL	748.091	830.037	11,0%
TOTAL GERAL		9.752.461	6.695.493	-31,3%

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da Secex/MDIC.

A Europa, terceira maior região importadora, praticamente manteve o valor de suas compras, aumentando-as em US\$ 11,5 milhões, em um total de US\$ 1,35 bilhão no primeiro semestre de 2009. Dentre as categorias de bens de capital, são mais representativos aeronaves, com US\$ 837,9 milhões e máquinas e equipamentos, com US\$ 387 milhões. Esta primeira categoria é a maior responsável pela sustentação das exportações aos países da região. Juntos, Espanha, França e Itália, países que apresentaram crescimento significativo nas importações na comparação entre semestres, compraram US\$

439,9 milhões em aeronaves em 2009 contra US\$ 133,9 milhões em 2008. Destaca-se também o expressivo aumento verificado no fluxo com a Irlanda, que incluiu também turborreatores.

Dentre os países asiáticos e da Oceania, o Japão apresentou um importante aumento nas importações de bens de capital, equivalente a 485,2%. Tal variação se deveu principalmente a compras de aeronaves efetuadas no primeiro semestre de 2009, que alcançaram 107,30 milhões. A China, principal destino das exportações para a região, também elevou levemente o valor de suas compras em 8,4% com relação ao primeiro semestre de 2008. Entretanto, a região como um todo, assim como as outras, também apresentou resultado negativo na comparação com 2008, sendo que aeronaves e máquinas e equipamentos, as duas maiores categorias, apresentaram diminuição no valor exportado de 30,6% e 43,1%, respectivamente.

O continente africano se destacou por apresentar a maior crescimento das importações de bens de capital brasileiros na comparação entre os semestres. A região é particularmente relevante como destino para as exportações de ônibus, caminhões e comerciais leves brasileiros. As exportações totais dessa categoria diminuíram 53,7% na comparação entre os semestres de 2008 e 2009. Contudo, as importações africanas se retraíram substancialmente menos, em apenas 9,8%, somando US\$ 293,3 milhões. Assim, o continente foi a segunda região mais importante para essa classe de produtos em 2009, seguindo a América Latina. No total da pauta de exportações para a África, máquinas e equipamentos são o maior item, com US\$ 331,1 milhões.

Conclusão

A produção industrial apresentou forte contração em quase todos os países do mundo após o início da crise econômica mundial. No Brasil, a indústria também apresentou quedas, apesar de menores do que as médias mundiais. Atualmente, já se vislumbra a retomada da atividade econômica em várias partes do mundo e também no Brasil, mas tal movimento começa a se esboçar apenas mais recentemente. Dentre os setores industriais, os produtores de bens de capital foram um dos mais afetados pela crise, por fornecer bens destinados a aumento de capacidade e/ou modernização de linhas de produção. Em épocas de crise, tais atividades são fortemente afetadas.

O Brasil é relevante produtor mundial e exportador em muitos dos setores de bens de capital. A queda da demanda no mundo afetou as exportações de bens de capital e para avaliar essa evolução o presente artigo utilizou estatísticas comparativas dos primeiros semestres de 2008 e 2009, períodos, respectivamente, imediatamente anterior e posterior ao início da fase mais profunda da crise mundial.

A conjuntura internacional adversa afetou de forma semelhante quase todas as categorias de bens de capital exportados, sendo que aviões, máquinas e equipamentos e ônibus, caminhões e comerciais leves se mantiveram com a maior proporção da pauta. Entre as máquinas e equipamento, motores e geradores elétricos e máquinas de terraplanagem e elevação de carga lidera-

ram as exportações no primeiro semestre de 2009. Por outro lado, máquinas agrícolas e tratores registraram grande redução nas vendas externas e perderam participação neste ano.

Apesar da relevante participação das exportações de bens de capital para a América Latina, outros mercados mostram presença importante. Individualmente, os Estados Unidos, mesmo sob os efeitos recessivos da crise, ainda são o principal destino dos bens de capital brasileiros e a Europa manteve seus níveis de importação pouco acima dos verificados em 2008. A África, por sua vez, se destaca pelo aumento considerável do valor importado.